



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara Cível da Comarca de Campo Bom

Avenida dos Estados, 800 - Bairro: Vinte e Cinco de Julho - CEP: 93700000 - Fone: (51) 3098-3398 - Balcão virtual: (51) 9 9552 8405 - Email: frcampobom1vciv@tjrs.jus.br

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5007088-72.2023.8.21.0087/RS

IMPETRANTE: ADEMIR A TAVARES PRODUÇÕES LTDA

IMPETRADO: PREGOEIRO - MUNICÍPIO DE CAMPO BOM - CAMPO BOM

IMPETRADO: COORDENADOR DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES - MUNICÍPIO DE CAMPO BOM - CAMPO BOM

IMPETRADO: PREFEITO - MUNICÍPIO DE CAMPO BOM - CAMPO BOM

DESPACHO/DECISÃO

Vistos.

Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA proposta por ADEMIR A TAVARES PRODUÇÕES LTDA em face de PREGOEIRO - MUNICÍPIO DE CAMPO BOM - CAMPO BOM, Coordenador da Comissão de Licitações - MUNICÍPIO DE CAMPO BOM - Campo Bom e Prefeito - MUNICÍPIO DE CAMPO BOM - Campo Bom.

Aduziu na inicial que o impetrado fez publicar “Edital do Processo Administrativo nº 590/2023 PREGÃO ELETRÔNICO nº 140/2023 TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa para A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO E LOCAÇÃO DE LED PARA O NATAL DE INTEGRAÇÃO 2023. Referiu que a despeito do edital prever a modalidade de julgamento como sendo Menor Preço por Lote, teria havido uma aglutinação de todos os serviços a serem prestados em um único lote. Esclareceu que no próprio edital há distinção de lotes, sendo o Lote 1 a prestação de serviços de sonorização e iluminação enquanto que o Lote 2 trataria da locação de painéis de Led. Informou, ainda, que o edital prevê as prestações como serviços diversos: 1. Prestação de serviço de sonorização e iluminação com cobertura técnica e operacional; 2. Prestação de serviço de Locação de Painéis de LED P3.9; 3. Prestação de Serviço através da modalidade “Rádio poste” e 4. Prestação de serviço para o “Trem Amiguinho”. Fundamentou que o edital, como se encontra, restringe a participação de empresas e reduz a concorrência, não se mostrando vantajosa aos cofres públicos.

Breve relato.

Decido.

O deferimento de liminar em mandado de segurança pressupõe o preenchimento dos requisitos previstos no art. 7º, III, da Lei 12.016/2009, vale dizer, o fundamento relevante, bem como que do ato impugnado possa resultar ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida.

Art. 7º_ Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

(...)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara Cível da Comarca de Campo Bom

III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

Acerca de tais requisitos, a doutrina costuma entender a expressão fundamento relevante como sinônimo de fumus boni juris, ou seja, a possibilidade de o julgador convencer-se, em juízo de cognição sumária, acerca da probabilidade da existência do direito alegado pela impetrante. A expressão ineficácia da medida, traduz-se, por sua vez, “na consagrada expressão latina periculum in mora, perigo na demora da prestação jurisdicional”

Assim, primeiramente, o órgão julgador, em juízo de cognição sumária, deve considerar, a partir dos elementos constantes dos autos, provável a existência do direito afirmado pelo autor.

Caso presente o requisito da verossimilhança, é necessária, ainda, a presença do perigo na demora, denominado por Calamandrei de periculo di tardività, hipótese na qual se almeja, no processo, a tutela de um direito cujo conteúdo não seja capaz de permanecer em um estado de insatisfação por todo o tempo necessário para que, no processo de conhecimento, seja proferida sentença reconhecendo, em definitivo, a existência de tal direito, de modo que o autor, em tal situação, sofreria um prejuízo irreparável.

No presente caso, por se tratar de procedimento licitatório, necessário que a realização do certame se dê nos estritos termos legais, tendo o juízo de origem considerado que o edital não estava de acordo com a legislação de regência.

Porém, ao que tudo indica, o objeto licitado deveria ser fracionado, a fim de garantir maior competitividade entre os licitantes, bem como garantir um melhor preço a ser pago pela administração pelos serviços.

A previsão conjunta do objeto do contrato, conforme foi previsto no edital, além de limitar a concorrência, acaba por elevar os valores de contratação, assim violando as regras dispostas no artigo 15, inciso IV, e artigo 23, §§ 1º e 2º, ambos da Lei nº 8.666/9315.

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara Cível da Comarca de Campo Bom

disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

§ 2o Na execução de obras e serviços e nas compras de bens, parceladas nos termos do parágrafo anterior, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação.

Isto é, sendo possível que o objeto da licitação seja dividido do ponto de vista técnico e econômico, deve este ser dividido em parcelas distintas, realizando-se licitações diversas para cada parte do objeto a ser contratado.

De acordo com Marçal Justen Filho:

“A obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória. Se a Administração necessitar adquirir um veículo, não teria sentido licitar a compra por partes (pneus, chassis, motor, etc). Mas seria possível realizar a compra fracionada de uma pluralidade de veículos. Em suma o impedimento de ordem técnica significa que a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento.

Já o impedimento de ordem econômica se relaciona com o risco de o fracionamento aumentar o preço unitário a ser pago pela Administração. Em uma economia de escala, o aumento de quantitativos produz a redução dos preços. Por isso, não teria cabimento a Administração fracionar as contratações se isso acarretar aumento de seus custos.

Como se extrai, o fundamento jurídico do fracionamento consiste na ampliação das vantagens econômicas para a Administração. Adota-se o fracionamento como instrumento de redução de despesas administrativas. A possibilidade de participação de maior número de interessados não é objetivo imediato e primordial, mas via instrumental para obter melhores ofertas (em virtude do aumento de competitividade).”

No caso, pela natureza distinta dos serviços contratados – 1. Prestação de serviço de sonorização e iluminação com cobertura técnica e operacional conforme rider técnico específico do evento. - Prestação de serviço de Sonorização e Iluminação com cobertura técnica e operacional para o palco principal do evento Natal da Integração 2023 nos dias 17 e 20 de dezembro destinado aos shows dos artistas “César Menotti e Fabiano” e “Fernandinho”; 2. Prestação de serviço de Locação de Painéis de LED P3.9 com processamento e software de gerenciamento com responsabilidade técnica e operacional para o evento Natal da Integração 2023 para os dias 02 e 20 de dezembro; 3. Prestação de Serviço de sonorização com cobertura técnica e operacional através da modalidade “Rádio poste” durante o Natal da Integração 2023 de 01 a 25 de dezembro de 2023 e 4. Prestação de serviço de Sonorização com cobertura técnica e operacional para o “Trem Amiguinho” durante o evento Natal da Integração 2023 para os dias 05, 06, 12, 13, 19 e 20 de dezembro de 2023 -, verifica-se a possibilidade de fracionar a contratação, pois não há indicação no edital de impedimento de ordem técnica e econômica.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara Cível da Comarca de Campo Bom

Por tais razões, há, prima facie, violação ao disposto no art. 23, § 1º e § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Esta, aliás, é a orientação da Jurisprudência, como se colhe da leitura da ementa do seguinte precedente:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS. CONCENTRAÇÃO EM OBJETO ÚNICO. ARTIGOS 15, IV, E 23, § 1º, LEI Nº 8.666/93. COGNICÃO SUMÁRIA E ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. PROVIMENTOS DEFINITIVOS. DESCABIMENTO. ART. 273, § 2º, CPC. A aglutinação, em objeto único, dos cinco serviços em que se decompõe a coleta e transporte de resíduos na cidade de Porto Alegre, implica, em linha de princípio, atrito com o previsto nos artigos 15, IV, e 23, § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93, que estabelecem, como regra geral, o fracionamento das obras, serviços e compras, reclamando a exceção convincente fundamentação, quanto à qual, em abordagem inaugural, com sumária cognição, peculiar à antecipação da tutela, não se pode afirmar evidenciada nos autos. A determinação de provimentos, com cunho de definitividade, quanto ao regramento licitatório, afigura-se imprópria em sede de antecipação da tutela, em resguardo ao interesse tutelado no art. 273, § 2º, CPC.” (Agravado de Instrumento nº 70052458080, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça, Relator o Des. Armínio José Abreu Lima da Rosa, sessão de 08.05.2013)”

Ademais, veja-se que a adoção do critério de menor preço global, sem o fracionamento do Edital, por objeto, de acordo com cada especialidade de serviço a ser contratado, viola a concorrência.

Isso porque o art. 4º, X, da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, estabelece que a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

Assim, o Edital impugnado restringe a participação com base no menor preço global, pois há 04 diversos tipos de prestação de serviços técnicos, com diferentes valores na hora cada técnica estimada.

A licitação visa à obtenção de proposta mais vantajosa à Administração Pública quando de suas contratações, possibilitando ampla concorrência e tratamento isonômico aos fornecedores, atendendo ao interesse público e à legalidade.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso XXI, dispõe que ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
1ª Vara Cível da Comarca de Campo Bom

Nesse contexto, o procedimento licitatório deve obediência a princípios legais, constantes no artigo 3º da Lei 8.666/93 que diz que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Assim, porque a licitação, na forma global como lançada, não atende aos critérios de menor preço e melhor técnica, visando a salvaguardar os princípios da ampla concorrência (isonomia) e da seleção da proposta mais vantajosa para a própria administração, DEFIRO EM PARTE o pedido liminar para determinar a suspensão do certame e que o impetrado promova alteração no edital prevendo a separação dos serviços divisíveis em lotes distintos e com o julgamento por lote.

Registre-se no eproc a prioridade de tramitação.

Intime-se a autoridade coatora para que preste informações em 10 dias.

Intime-se o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito.

Após o decurso do prazo, vista ao Ministério Público por 10 dias.

Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO AUGUSTO TENORIO DE MOURA FILHO, Juiz de Direito**, em 20/11/2023, às 12:14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10050109290v25** e o código CRC **50ccc696**.

5007088-72.2023.8.21.0087

10050109290 .V25